

ESTUDO DE CASO DE REDES DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: Uma Realidade ou um Desafio?

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.15744>

Submetido em: 28/2/2024

Aceito em: 25/2/2025

Publicado em: 20/3/2025

Palloma Rosa Ferreira¹, Diego Neves de Sousa²
Amélia Carla Sobrinho Bifano³, Maria das Dores Saraiva de Loreto⁴

RESUMO

Este estudo buscou realizar o mapeamento gráfico da Rede Protetiva de Atenção às Mulheres em Situação de Violência em Viçosa-MG e explicitar os fluxos entre as organizações. O conceito de redes foi utilizado como aporte conceitual e analítico na pesquisa realizada, sendo empregada a técnica de pesquisa documental do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, documento base que norteou o desenvolvimento dos trabalhos. Os resultados mostram que os fluxos delineados no Protocolo desempenham um papel fundamental no cotidiano de funcionamento da rede, ao indicar opções de integração e interconexão entre as organizações. Embora, todavia, o Protocolo tenha sido construído por intermédio dos profissionais, representantes das organizações participantes da rede, a própria descrição evidencia a contrarreferência entre os serviços e encaminhamentos em aberto, sem uma delimitação mais precisa entre os fluxos. Nesta direção, considera-se que a repactuação do protocolo representaria uma alternativa de resolver as pendências encontradas no documento e, ao mesmo tempo, um aliado para o bom desempenho do trabalho em rede.

Palavras-chave: redes de atendimento; fluxograma; violência contra as mulheres; intersetorialidade.

NETWORKS OF SUPPORT FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE IN BRAZIL: A REALITY OR A CHALLENGE?

ABSTRACT

This study sought to graphically map the Protective Care Network for Women in Situations of Violence, in Viçosa-MG and explain the flows between the organizations. The concept of networks was used as a conceptual and analytical contribution to the research carried out, using the documentary research technique of the Municipal Protocol for Attention to Women in Situations of Violence, the base document that guided the development of the work. The results indicate that the flows outlined in the Protocol play a fundamental role in the daily functioning of the network, by indicating integration and interconnection options between organizations. However, although the Protocol was created through professionals, representatives of organizations participating in the network, the description itself highlights the lack of counter-reference between services and open referrals, without a more precise delimitation between flows. In this sense, it is considered that the renegotiation of the Protocol would represent an alternative for resolving the pending issues found in the document and, at the same time, an ally for the good performance of networking.

Keywords: service networks; flowchart; violence against women; intersectorality.

¹ Universidade Federal de Tocantins – UFT. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-7523-4731>

² Embrapa Pesca e Aquicultura. Palmas/TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

³ Universidade Federal de Viçosa – UFV. Departamento de Serviço Social. Viçosa-MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9046-9149>

⁴ Universidade Federal de Viçosa – UFV. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia Doméstica. <https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>

INTRODUÇÃO

O estudo de Redes foi utilizado como aporte conceitual e analítico na pesquisa realizada. Como é empregado por diversas áreas e disciplinas do conhecimento, existe uma amplitude considerável de estudos e perspectivas sobre o assunto. Portugal (2007) ressalta que importantes contribuições ao estudo das redes são advindas da sociologia, da antropologia e da psicologia social, por meio de trabalhos realizados com o intuito de responder às demandas teóricas e empíricas eminentes na sociedade, que não eram esclarecidas por meio do aporte conceitual dominante de suas disciplinas.

Algumas áreas de concentração, por intermédio de diferentes disciplinas do conhecimento, bem como um número expressivo de autores, dedicaram/dedicam seus estudos para trabalhar a noção de redes sociais, tendo como pretensão verificar como estão baseadas as relações interpessoais entre os indivíduos nos ambientes organizacionais e nas relações interorganizacionais formadas mediante os laços sociais, políticos e econômicos existentes na sociedade.

De acordo com Marteleto (2001), o estudo das redes permite evidenciar que os indivíduos, possuidores de recursos e capacidade propositiva, têm condições de organizar suas ações nos espaços políticos, concretizados por meio de socializações e mobilizações, que são potencializados especialmente pelo próprio desenvolvimento das redes. A autora aponta, ainda, que, mesmo sendo gerados em espaços informais de relações sociais, os efeitos das redes podem ser notados fora de seu espaço devido à interação com o Estado, a sociedade e com várias instituições representativas. Para Marteleto (2001), por meio do conceito de redes sociais obtém-se uma maior “compreensão da sociedade a partir dos vínculos relacionais entre os indivíduos, os quais reforçariam suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização” (Marteleto, 2010, p. 28). Assim, a participação em rede pode representar maiores oportunidade de se alcançar benefícios amplos devido à junção de esforços compartilhados entre os indivíduos em direção a objetivos comuns.

Logo, o desenvolvimento de um trabalho em rede, de forma partilhada e comprometida, entre os sujeitos sociais que a congregam, pode significar uma oportunidade de se atingir objetivos de ordem social, política e econômica. Neste contexto, a pretensão foi realizar o mapeamento gráfico da Rede Protetiva de Atenção às Mulheres em Situação de Violência em Viçosa-MG e explicitar os fluxos entre as organizações. Tais fluxos estão descritos no Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (2014), de acordo com a área de atuação e do compromisso de realizar um trabalho coparticipativo.

O artigo está dividido em seis seções, sendo a primeira a correspondente a esta introdução; em sequência a apresentação dos procedimentos metodológicos, contendo as técnicas e instrumentos de pesquisas empregados; revisão da literatura; as discussões e resultados e, por fim, as conclusões, seguidas das referências bibliográficas consultadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se pesquisa documental do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, sendo este o documento base que norteou o desenvolvimento dos trabalhos, indo ao encontro do estabelecido *a priori* no objetivo da pesquisa, de expor mapeamento gráfico da Rede Protetiva, acentuando, assim, os fluxos de atendimento determinados entre as organizações.

Para proceder ao tratamento dos dados coletados efetivou-se a análise do documento, concentrando-se nas seguintes categorias: atendimento às mulheres vítimas de violência sexual; atendimento às mulheres em situação de violência não sexual; organizações participantes, respectivas funções dentro da rede e os encaminhamentos previstos.

REVISÃO DA LITERATURA

Pensando na sociedade em rede, Castells (2010) comenta que as redes são estruturas abertas e, como tal, têm condições de expansão ilimitada, com capacidade de integrar novos nós, desde que existam códigos compartilhados de comunicação. Ainda, segundo o autor, as redes conformam a nova morfologia social das sociedades, ocasionando modificações consideráveis nas operações e nos resultados referentes aos processos produtivos e, mais subjetivamente, aos aspectos relacionados à experiência, poder e cultura.

Nos estudos empreendidos por Granovetter (1973), este considera que grande parte dos modelos de rede se dedica a compreender as relações estabelecidas entre grupos pequenos e bem-delimitados, em que sobressaem os laços fortes, sobretudo efetivados pelas redes primárias. Em se tratando de laços fracos, geralmente discute-se sobre as relações entre os grupos e a análise de segmentos da estrutura social, não relacionada a grupos primários. O autor reforça a importância dos laços fracos para a concretização de novas oportunidades, pois a possibilidade de conexão com novos sujeitos sociais pode representar acesso a diferentes bens e recursos, que não seriam alcançados se fossem mantidas relações com os mesmos nós. A partir dessa premissa, valorizam-se esses laços em termos de possibilidades de ganhos para a rede, com ampliação de oportunidades.

Em relação à conceituação das redes, autores pioneiros no estudo, como Barnes (1972), consideram-nas “um conjunto de pontos, alguns dos quais estão unidos por linhas. Os pontos da imagem são pessoas, às vezes grupos, e as linhas indicam quais as pessoas que interagem entre si. Uma rede desse tipo não possui nenhum limite externo” (Barnes, 1954, p. 43 *apud* Mayer, 1987, p. 131), podendo apresentar diferentes configurações.

Nesta direção, revisitando a obra de Elizabeth Bott (1976), Enne (2004, p. 267) enfatiza que, para a autora, “o conceito de rede é fundamental em situações em que a categoria grupo não consegue dar conta da complexa mobilidade entre os sujeitos que estão se relacionando socialmente”. Assim sendo, a constituição da rede torna-se aconselhável e propicia o estabelecimento de tais relações sociais.

Dentre os diferentes estudos dedicados a compreender a dinâmica das redes, os trabalhos desenvolvidos concentraram-se em entender as dimensões presentes nas relações estabelecidas nas redes primárias e secundárias. As redes primárias referem-se aos vínculos significativos que uma ou mais pessoas mantêm constantemente no decorrer de sua vida, que contemplam laços de familiaridade, parentesco, vizinhança e amizade, correspondentes ao processo de socialização dos indivíduos, de forma autônoma, espontânea e informal. Por outro lado, as redes secundárias são efetivadas por meio de atuação coletiva, que pode ser de grupos, instituições e movimentos direcionados a interesses comuns, como destacam Marteleto e Stotz (2009).

Os autores mencionados fazem referência ao potencial das redes como instrumento capaz de conjugar recursos materiais e imateriais na direção de absorver as necessidades de ordem social, que podem ser mais bem respondidas quando realizadas de forma partilhada entre os sujeitos sociais. Além disso, autores como Wasserman e Faust (1999), acrescentam que é possível identificar alguns princípios fundamentais na abordagem das redes sociais, quais sejam: a) os sujeitos sociais e suas ações são consideradas interdependentes; b) os laços relacionais entre os membros são considerados canais em que circulam fluxo de recursos de ordem material e imaterial; c) os modelos de redes estão centrados nos indivíduos, em que as estruturas de relações funcionam como meios para gerar oportunidades ou constranger a ação individual e, por fim, d) modelos de redes (influenciam) a estrutura – social, econômica, política –, e assim por diante – como padrões constantes de relações entre os sujeitos.

Além dos conceitos e dos princípios suprarrelacionados, Wellman e Berkowitz (1991) possibilitam ampliar o entendimento sobre as redes sociais e as diversas relações presentes ao apresentarem nomenclaturas que facilitam o seu desenho, bem como maior compreensão de seu funcionamento, considerando que é possível representar as estruturas sociais como as redes, que indicam o conjunto de nós como membros do sistema social e o conjunto de laços como a representação de suas interconexões. Os nós podem representar os indivíduos, como também grupos, agregados domésticos, organizações ou outras coletividades. Já os laços representam fluxos de recursos, transferências de relações simétricas de amizade ou mesmo relações estruturais entre nós.

Nesta linha de pensamento, de acordo com Rangel Meneses (2007), as redes sociais apresentam-se como metáfora em analogia à rede do pescador, com sua malha tecida por nós, possibilitando representar pessoas e instituições em condições de criar vínculos de distintas qualidades e intensidades. Deste modo, por meio dos fios são amarrados esses nós, compostos por laços e inúmeros tipos de relações comunicacionais.

Como é ressaltado por Gonçalves, Ferreira e Costa (2017, p. 60), “a análise de redes possui diversas vantagens metodológicas, que compreendem desde a exploração de mapas visuais até a elaboração de modelos matemáticos”. Sendo assim, a análise de redes pode ser empregada como uma metodologia de aspecto empírico, com forte embasamento teórico e também por intermédio do uso de ferramentas estatísticas.

Fialho (2015) aponta a importância de usos metafóricos e normativos na intenção de se analisar redes sociais; todavia diz ser imperativo ir além da metáfora e buscar modelos de explicação que consigam dar conta das interações sociais dos sujeitos envolvidos no sistema. Alves e Souza Santos (2010, p. 75) dialogam com Fialho (2015) ao ressaltarem que “há uma progressão no pensamento, conceituação e metodologia que permite ao constructo de redes ir além de uma mera metáfora, para chegar na representação de aspectos da estrutura social”. Essa proposta vai ao encontro deste estudo por ter a pretensão de não realizar uma simples representação, mas explicitar os fluxos entre as organizações e realizar mapeamento gráfico da Rede Protetiva de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, acentuando as diferentes relações a serem estabelecidas entre as organizações participantes da rede.

Nota-se que os estudos de redes, além de se aplicarem a diversos campos do conhecimento, apresentam diferentes enfoques no desenvolvimento das análises, que permitem obter uma melhor compreensão de situações particulares vivenciadas pelos sujeitos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise das redes baseadas no protocolo de atendimento

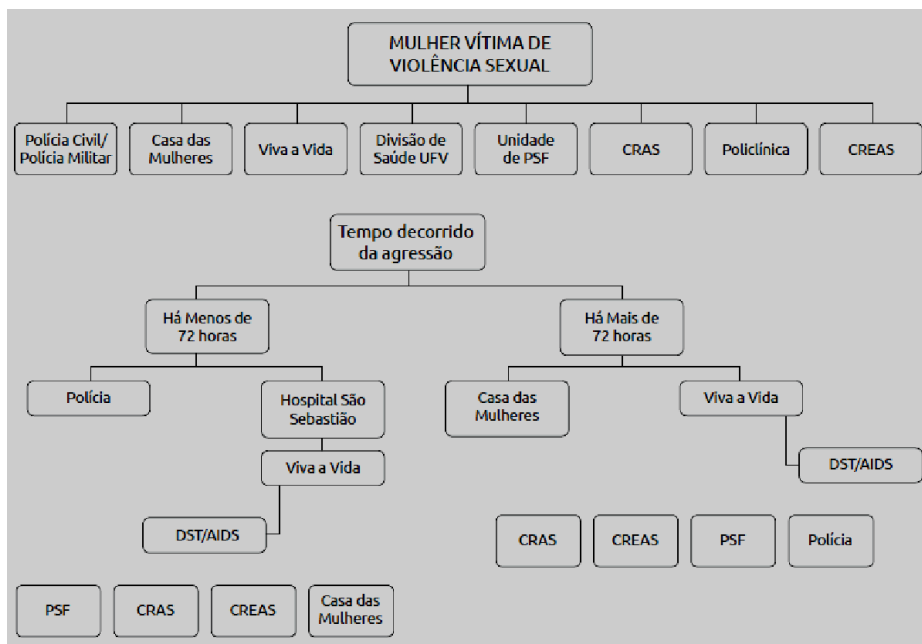
Para alcançar a aprovação do Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, primeiramente efetuou-se um processo de Lei de Iniciativa Popular que ocorreu em 2013 por meio de Audiência Pública a respeito da violência contra mulheres (VCM), que obteve o apoio de 3.000 eleitoras e eleitores viçosenses, ao assinarem um Projeto de Lei (Lei 2417/2014), apresentado na Câmara Municipal, resguardando-o como Política Pública de Proteção, aprovada no ano de 2014.

Assim, a elaboração do Protocolo teve a intenção não somente de formalizar a Rede Protetiva, mas, também, de construir um documento importante que definisse as atribuições de cada instituição dentro da rede; em outros termos, qual papel precisava desempenhar bem como para quais instituições deveriam ser direcionadas as mulheres, levando em consideração cada caso atendido, com fluxo determinado em caso de violência sexual e outro fluxo em relação aos demais tipos de violência.

A construção do Protocolo deu-se exatamente para formalizar as ações que já eram desenvolvidas pelas organizações no enfrentamento à VCM, mas que ainda ocorriam de forma parcial e, por vezes, desarticulada. Assim, passou a ser um documento formal, elaborado com a finalidade de nortear e conduzir os trabalhos.

Desta maneira, em termos de funcionamento, proposto na construção do Protocolo, foram determinados dois diferentes fluxos de atendimento referentes ao atendimento às mulheres vítimas de violência sexual e ao atendimento às mulheres em situação de violência não sexual, o que possibilitou compreender quais as prioridades de encaminhamentos, como está apresentado nas Figuras 1 e 2, na sequência.

Figura 1 – Rede de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, Viçosa-MG

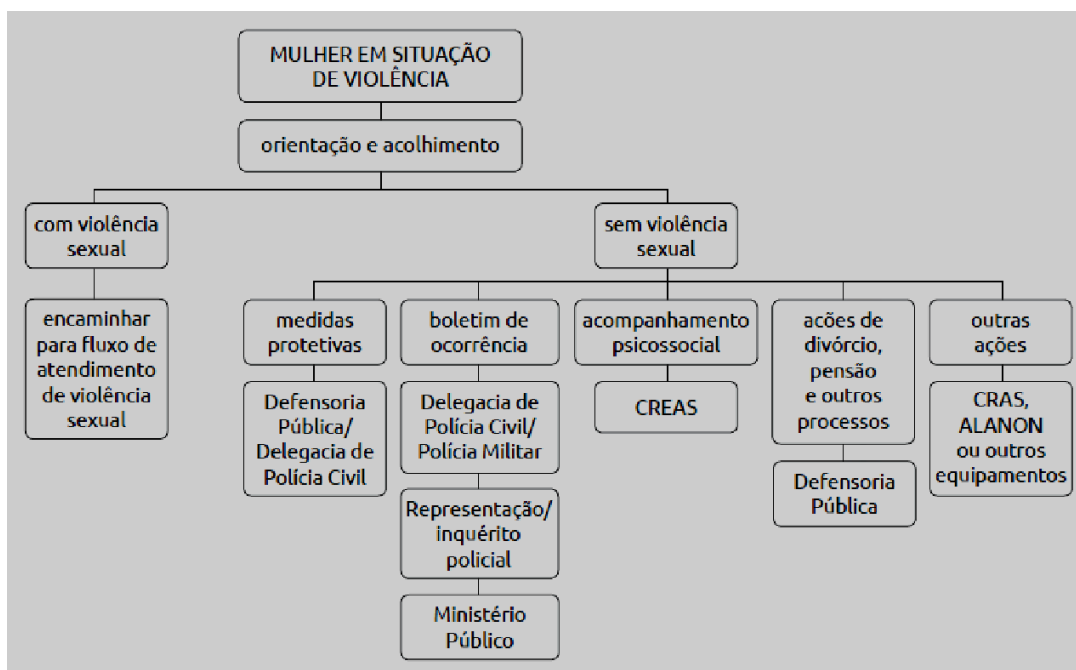


Fonte: Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Lei de Iniciativa Popular 2.417/2014).

Conforme a Figura 1, a porta de entrada da vítima de violência sexual pode ocorrer em diferentes organizações. Independentemente de onde a mulher der entrada, todavia, existe dois encaminhamentos possíveis, quais sejam: menos de 72 horas do ocorrido, quando o atendimento prioritário é o da saúde, como proclamado pelo Ministério da Saúde, devido à questão da janela imunológica, para que seja realizada a profilaxia, em que são ministrados retrovirais, vacinas e são realizados os procedimentos ambulatoriais necessários na intenção de evitar a transmissão de doenças, além de uma gravidez indesejada. Então, antes de qualquer procedimento jurídico, policial, a vítima deve ser encaminhada para o hospital por se tratar de uma questão mais urgente. Se o tempo tiver ultrapassado as 72 horas da violência sexual, os percursos alteravam-se, uma vez que a vítima geralmente é direcionada para a Casa das Mulheres caso tenha interesse em entrar com processo judicial e, na sequência, orientada a procurar o Viva Vida (atual Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE), para receber os atendimentos médicos necessários, posto que outros encaminhamentos podem ser efetuados com base nas demandas das atendidas.

Em relação ao atendimento a outros tipos de violência, descartada a sexual, o fluxo pode ter distintos direcionamentos, a depender da demanda da vítima, como está demonstrado na Figura 2, correspondente ao fluxograma, que apresenta diferentes etapas: como desejar solicitar medida protetiva; fazer boletim de ocorrência; acompanhamento psicossocial; ações de divórcio, pensão e outros processos; e diversas ações, a depender da necessidade de cada caso atendido, fazendo com que as vítimas percorram rotas distintas.

Figura 2 – Rede de atendimento às mulheres em situação de violência, Viçosa-MG



Fonte: Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Lei de Iniciativa Popular 2417/2014).

Os dois fluxogramas representam estruturas baseadas no ideal de funcionamento de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, segundo os parâmetros estabelecidos no próprio Pacto e Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (VCM).

Na Figura 1 um aspecto chama a atenção, que é a inexistência de todos os fluxos, visto que na parte inferior da imagem é possível constatar que as ligações estão ausentes, o que não representa o ideal de representação dessa ferramenta, pois não fica claro para quais organizações estariam sendo direcionadas as vítimas, deixando em aberto as opções dos fluxos a serem seguidos e como essas organizações conectam-se entre si. Essa indeterminação, no entanto, pode ser intencional, ao demonstrar que não existe uma delimitação fixa de quais organizações seriam encaminhadas às mulheres, uma vez que é preciso avaliar quais as demandas de atendimento, o que determina os fluxos e percursos a serem adotados.

Na Figura 2 observa-se uma configuração de atendimento direcionada às mulheres que não sofreram violência sexual, chamando atenção para a ausência de inúmeras organizações, determinadas no protocolo como responsáveis pelos atendimentos, mas que não estão apresentadas nesse fluxograma, demonstrando, claramente, a necessidade de inclusão das que também deveriam fazer parte deste fluxo e, conseqüentemente, da rede de apoio às mulheres em situação de violência.

Possivelmente o uso de outra ferramenta de representação traria maior clareza de como esses fluxos se estabelecem e como podem apresentar rotas distintas, a depender de qual a violência ocorrida contra a mulher: psicológica, moral, institucional, física ou, até mesmo, sexual. Alguns autores(as) denominam como rota crítica o percurso realizado pela mulher no intuito de se romper com o ciclo de violência (Schraiber *et al.*, 2012, Grossi *et al.*, 2012, Sagot; Carcedo, 2000; García *et al.*, 2013).

Com a intenção de alcançar um atendimento amplo, algumas organizações foram convidadas a se envolver no trabalho, tendo prioridade a participação de determinadas áreas, destinadas a desempenhar as seguintes funções na Rede Protetiva, expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Organizações, respectivas funções e os encaminhamentos previstos com base no Protocolo de Atendimento, Viçosa-MG

Organizações	Funções	Encaminhamentos Previstos
Hospital São Sebastião (HSS)	Ofertar assistência de enfermagem, médica, psicológica e social para mulheres conforme preconizado nos Centros de Referência.	CEAE, Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Centro Estadual de Atendimento Especializado (CEAE)	Dar continuidade ao cuidado às mulheres em situação de violência sexual após o atendimento emergencial realizado no HSS e/ou nos casos cuja exposição tenha ocorrido há mais de 72 horas.	HSS, Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Grupo de Apoio às DSTs/ Aids	Dar continuidade ao cuidado às mulheres em situação de violência sexual após o atendimento emergencial realizado no HSS ou na continuidade do atendimento iniciado no CEAE.	HSS, Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Hospital São João Batista (HSJB)	Acolher, notificar e encaminhar os casos de violência conforme o protocolo municipal.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.

ESTUDO DE CASO DE REDES DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:
UMA REALIDADE OU UM DESAFIO?

Palloma Rosa Ferreira – Diego Neves de Sousa – Amélia Carla Sobrinho Bifano – Maria das Dores Saraiva de Loreto

Serviço de Vigilância Epidemiológica (SVE)	Pesquisar sobre a situação epidemiológica da violência.	
Casa das Mulheres	Realizar atendimento psicossocial e jurídico individualizado; mobilizar, articular e formar profissionais das instituições que compõem a rede de atenção às mulheres em situação de violência; apoiar projetos e pesquisas que visem a compreender o fenômeno da VCM.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, etc.
Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas)	Prestar atendimento psicossocial às mulheres em situação ou risco para violência; atender famílias de mulheres em situação ou risco de violência; encaminhar, quando necessário, para família extensa ou “abrigo” durante a semana; encaminhar as mulheres para cursos profissionalizantes e oficinas.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, Cras, USF, etc.
Centro de Referência em Assistência Social (Cras)	Acompanhar as famílias quando desligadas dos atendimentos especializados; desenvolver atividades de orientação e prevenção da violência.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Unidades Saúde da Família (USF)	Triar e identificar sinais e sintomas de violência ou risco de violência; atender e acompanhar os casos de violência sexual crônica (que venham ocorrendo de forma repetitiva) para investigação de possíveis infecções por DST/Aids ou gravidez em razão da violência sofrida.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Divisão de Saúde/ Universidade Federal de Viçosa	Atender os casos de violência sexual ocorridos entre mulheres vinculadas à UFV (estudantes, funcionárias, prestadoras de serviços), que ocorrerem no período de funcionamento do serviço (8h-18h). Fora desse período, mantém-se o HSS atendimento emergencial e a Divisão de Saúde para atenção continuada; triar e identificar sinais e sintomas de violência ou risco de violência.	CEAE, Delegacias, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Divisão Psicossocial/ Universidade Federal de Viçosa	Realizar atendimento psicossocial dos casos de violência ocorridos entre mulheres vinculadas à UFV (estudantes, funcionárias, prestadoras de serviços); triar e identificar sinais e sintomas de violência ou risco de violência.	HSS, Divisão de Saúde/UFV, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, Creas, Cras, USF, etc.

ESTUDO DE CASO DE REDES DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:
UMA REALIDADE OU UM DESAFIO?

Palloma Rosa Ferreira – Diego Neves de Sousa – Amélia Carla Sobrinho Bifano – Maria das Dores Saraiva de Loreto

Polícia Civil	Confeccionar boletim de ocorrência ou receber o REDS da Polícia Militar; formalizar a ocorrência e ordenação ao Escrivão de Polícia para enquadramento do fato na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha); formalizar Medidas Protetivas; instaurar Inquérito Policial para apuração dos fatos; acompanhar a ofendida para assegurar a retirada dos seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; encaminhar para o atendimento médico-legal para a constatação da violência e/ou da violência sexual e confecção do ACD (Auto de Corpo de Delito); enviar o Inquérito Policial concluído à Justiça.	HSS, CEAE, Delegacia, Defensoria Pública, Casa das Mulheres, etc.
Polícia Militar	Colher provas; fazer boletim de ocorrência; realizar prisão em flagrante do agressor; acompanhar a ofendida para retirada dos seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; prisão por descumprimento de medida protetiva.	HSS, CEAE, etc.
Defensoria Pública	Solicitar as Medidas Protetivas de urgência e cautelares penais e civis; acompanhar inquéritos policiais e processos administrativos disciplinares; realizar o acompanhamento da vítima e do agressor nas audiências designadas no Juizado e na vara criminal quando estes não tiverem defensor constituído; solicitar, se necessário, inclusão da ofendida em programas de proteção à vítima/testemunha.	
Conselho Municipal de Direitos da Mulher (CMDM)	Fortalecer a rede de atendimento por meio da articulação entre os órgãos e da fiscalização da qualidade e efetividade da atenção prestada às mulheres em situação de violência; participar da realização de campanhas com a perspectiva de denúncia, informação e diminuição da violência;	
Conselho Tutelar ⁵		

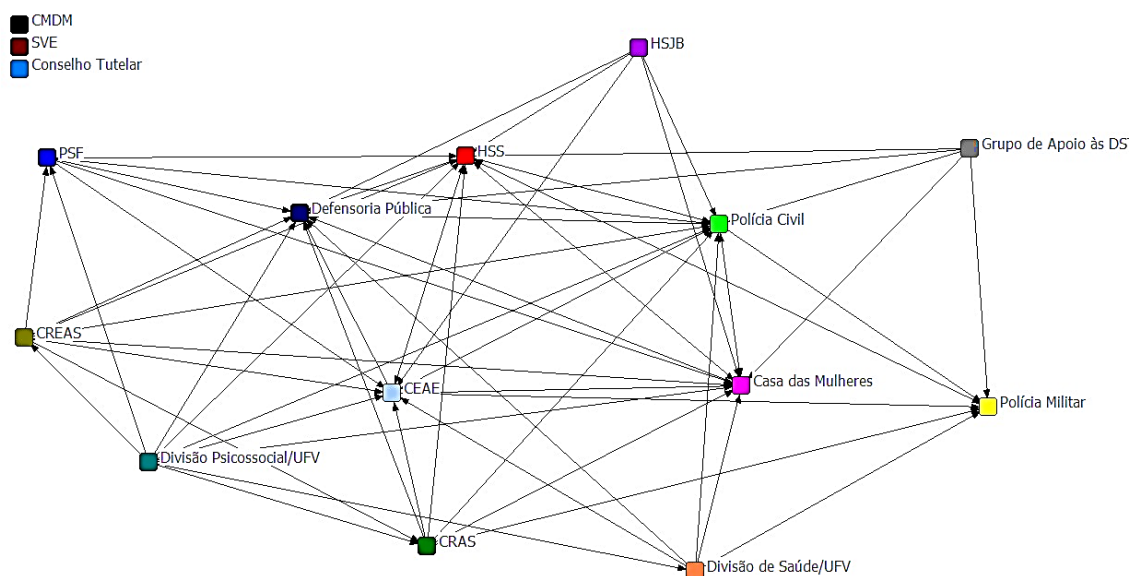
Fonte: Protocolo Municipal de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, 2015.

⁵ Apesar de estar descrito no Protocolo de Atendimento que o Conselho Tutelar é organização integrante da Rede Protetiva, não aparece uma descrição de suas funções nem os encaminhamentos que precisam ser realizados.

A pretensão de incluir estes distintos setores, englobando uma gama diferenciada de áreas, corresponde ao que é sinalizado no próprio Pacto e Política Nacional de Enfrentamento à VCM, visto ser a violência considerada um fenômeno multicausal e, por isso, a presença de vários serviços dedicados à demanda das mulheres. Analisando a Rede Protetiva, a qual este estudo se dedica, questionou-se como esse trabalho se efetiva em Viçosa e se é pautado na intersectorialidade. As discussões na sequência contextualizam a apresentação do funcionamento da rede, sobretudo em termos dos fluxos determinados no Protocolo de Atendimento.

Por meio dos fluxos de encaminhamentos explicitados no corpo do texto do documento do Protocolo de Atendimento e descritos no Quadro 1, foram estabelecidas as possibilidades de direcionamento das vítimas, como pode ser visualizado na Figura 3, cuja rede foi composta por 63 ligações, estabelecidas entre as organizações.

Figura 3 – Possibilidade de circulação da mulher em situação de violência na Rede Protetiva com base no Protocolo de Atendimento, Viçosa-MG



Legenda:

1. CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
2. CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
3. CEAE – Centro Estadual de Atenção Especializada
4. PSF – Programa de Saúde da Família
5. SVE – Serviço de Vigilância Epidemiológica
6. HSS – Hospital São Sebastião
7. HSJB – Hospital São João Batista
8. CDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Fonte: Elaborada pelos autores mediante o *software* Ucinet e NetDraw, 2022.

Além dessa representação gráfica, onde foi possível obter uma estruturação da Rede Protetiva contendo os nós (organizações) e os laços (ligações) estabelecidos, neste estudo, a partir dessa estrutura, procurou-se apresentar as análises sobre o funcionamento dessa rede, levando em consideração as conexões entre as organizações descritas no Protocolo de Atendimento.

Nesta intenção, os posicionamentos do teórico Norbert Elias sobre Redes Sociais são profícuos, dentro do que este estudo tem manifestado, posto que o autor não estaciona as suas concepções em uma abordagem teórica estruturalista ou mesmo individualista metodológica, contrapondo-se a essa polarização como a outras; por exemplo, indivíduo/sociedade, objetividade/subjetividade, micro/macro, uma vez que suas análises privilegiam os processos interativos, bem como o conjunto de relações praticadas em um contexto histórico-social específico. Elias (1999, p. 122) sustenta que

(...) as questões de fato com que nos vemos confrontados, ao emergir a poeira levantada pelas batalhas pelo poder e pelos valores, não podem ser formuladas em termos de constructos mentais empenhados em expressar tudo em termos de opostos diametrais e alternativas rígidas.

Nesta direção, além dos esforços de apresentar em seu pensamento uma visão universalista, que se opõe às dicotomias de abordagens baseadas no sujeito/objeto e indivíduo/sociedade, o pensamento de Norbert Elias direciona a questão da interdisciplinaridade, compreendendo a necessidade de ultrapassar as fronteiras entre as disciplinas, e também de interdependência, no que corresponde às relações estabelecidas entre as pessoas e na formação de diferentes constelações presentes na sociedade, denominadas pelo autor de “configuração”, que se contrapõe à ideia de *homo clausus*⁶ (Areias; Marques, 2012).

No que se refere à concepção de configuração empregada por Elias, Kirschner (1999) considera que talvez seja a mais importante construção teórica do autor, ao fazer referência às teias de relações de indivíduos de forma interdependente, sendo as ligações concretizadas em distintos níveis e de diversificadas maneiras, possibilitando a formação de estruturas que se entrelaçam e se encontram permeadas por múltiplas propriedades emergentes, entre elas relações de força e eixos de tensão.

Deste modo, a pretensão deste estudo vai ao encontro do que apregoam Freitas e Ckagnazaroff (2013, p. 1), ao pensar em um conceito de redes que extrapole o modelo de análise puramente quantitativo, pautando-se na construção de uma proposta de articulação entre o aporte teórico estruturalista, que é dominante no desenvolvimento atual da teoria, com contribuições das teorias interpretativas e subjetivistas. Nas palavras dos autores:

procura-se ressaltar uma condição dinâmica às redes, representada pelo fato de que os relacionamentos mudam ao longo do tempo, laços são constituídos e desfeitos, as posições dos atores nas redes também se alteram, o que repercute numa série de movimentos que implicam que a configuração das redes sociais está sempre em transformação, associada à ação dos atores. As redes sociais, assim, não serão interpretadas como estruturas totalmente institucionalizadas e estáticas, mas dinâmicas e fluidas porque recorrentemente atualizadas no cotidiano das práticas sociais (p. 1).

⁶ “Ao empregar o termo *homo clausus*, Elias tinha em mente a ideia de homem construída pela filosofia: um homem isolado da realidade social”. (...) Em oposição à concepção do *homo clausus*, Elias propunha a ideia dos *homines aperti*, salientando o caráter aberto, orientado para os demais, dos indivíduos que fazem parte das configurações (Kirschner, 1999, p. 33).

Esse entendimento é compartilhado por Oliveira e Passador (2020), que ressaltam a necessidade de complementaridade das análises quantitativas e qualitativas das redes, sendo as primeiras referentes às propriedades posicionais e relacionais dos sujeitos sociais presentes no mapeamento gráfico, enquanto as qualitativas privilegiam os sistemas simbólicos aos quais os sujeitos estão inseridos.

Nesta intenção, na rede mapeada encontram-se expostas várias possibilidades de atendimento à vítima. Trata-se de uma representação gráfica, em que, dependendo do tipo de agressão sofrida pela mulher – psicológica, sexual, física, moral ou patrimonial – e com base na demanda apresentada pela vítima, poderá ser direcionada a diferentes organizações que compõem a rede.

Na listagem apresentada no Quadro 1, assim como na Figura 3, é possível verificar que, dentre as organizações, três, o CMDM, o SVE e o Conselho Tutelar, não estão inseridas no fluxo de direcionamento das vítimas de violência, apesar de serem citadas como pertencentes à Rede Protetiva. No que diz respeito ao CMDM, o fluxo não é evidenciado, por ter como principal atribuição promover a articulação entre as organizações e ter a responsabilidade de fiscalização, com o objetivo de fortalecer e garantir o desenvolvimento do trabalho na rede. Em relação ao Serviço de Vigilância Epidemiológica (SVE), este resultado é compreensível, pois as organizações, sobretudo as da saúde, repassam, para este órgão, as fichas de notificações preenchidas com o tipo de violência sofrida pela mulher para compor o banco de dados da violência contra às mulheres em Viçosa. Isto posto, verifica-se que são organizações fundamentais e que precisam estar conectadas à rede, dando suporte essencial no estabelecimento do trabalho de enfrentamento, embora, devido às funções que desempenham, não participam dos encaminhamentos das mulheres.

No que diz respeito ao Conselho Tutelar, a não participação no fluxo levanta alguns questionamentos, isto porque, quando a violência atinge também os filhos menores, precisam ser amparados por este órgão; todavia, na rede mapeada este encaminhamento não é evidenciado, sendo o Conselho Tutelar mencionado, mas não efetivamente colocado, como participante direto dos fluxos de direcionamento dos filhos e das mulheres dentro da rede. Tal aspecto está relacionado à situação desta organização, que, na verdade, compõe a rede infanto-juvenil, apesar de importante e fundamental no auxílio às mulheres em situação de violência, as quais tem filhos, e não se encaixa na Rede Protetiva em questão.

Pela visualização gráfica os fluxos de encaminhamentos e recepção apresentados no Protocolo de Atendimento estão concentrados nas seguintes organizações: Polícia Civil e Militar (Segurança), Casa das Mulheres (Jurídico), HSS e CEAE (Saúde). A Defensoria Pública somente recepciona as mulheres, sem direcioná-las a outras organizações da rede (fluxo unidirecional). Entre as demais organizações, verificou-se a presença de um fluxo bidirecional.

No que se refere às organizações com maior recepção das vítimas, é interessante mencionar que, com o advento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), o papel da Defensoria Pública também se ampliou por meio de solicitação de medidas protetivas de urgência e cautelares, penais e civis, tendo, ainda, como incumbência, promover medidas processuais e acompanhar os inquéritos de ordem criminal e civil, o que pode explicar o grau de centralidade na rede, além do intenso fluxo de mulheres direcionadas a essa organização.

No que corresponde ao Programa Casa das Mulheres⁷/*Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero* (Nieg), possui a responsabilidade de conceder atendimento jurídico às vítimas, além de realizar acompanhamento das mulheres às demais organizações, conforme a necessidade de cada caso. Assim, as estagiárias acompanham as mulheres na efetivação do boletim de ocorrência (BO); na solicitação de medidas protetivas de urgência; na abertura de processos; durante as audiências; e na área da saúde, caso a vítima tenha sofrido violência física ou sexual (Chaves *et al.*, 2017). O Programa igualmente apresenta um grau de centralidade na rede, de acordo com os fluxos de encaminhamentos sugeridos no Protocolo de Atendimento.

Relativamente ao Programa Saúde da Família (PSF), que são unidades mais próximas das comunidades e que, por isso, podem funcionar como importantes pontos de procura das mulheres para efetivação das denúncias nos fluxos de direcionamento do Protocolo, existe uma demanda para o encaminhamento das vítimas para as demais organizações presentes na rede; contudo não se verifica a contrarreferência a estas unidades para dar continuidade ao atendimento.

No âmbito da assistência, tanto Cras quanto Creas direcionam as mulheres para os diversos serviços presentes na rede; entretanto o encaminhamento das mulheres para essas duas organizações é bastante pontual. Esse aspecto chama a atenção, sobretudo, porque atua na proteção social, posto que o primeiro tem como competência prevenir situações de vulnerabilidade social e risco, enquanto o segundo de intervir junto as famílias e indivíduos nas consequências ocasionadas pela vulnerabilidade e risco social.

As organizações representantes da segurança, como a Polícia, apareceram constantemente nos fluxos de encaminhamentos apresentados no Protocolo, assim como da área da saúde, tendo como referência para os encaminhamentos o HSS e o CEAE. A Divisão de Saúde e Psicossocial/UFV atendem os casos de violência contra mulheres vinculadas à UFV, ou seja, estudantes, servidoras e prestadoras de serviços, que fazem o encaminhamento das mulheres para as demais organizações dentro da rede, acionando os serviços necessários de acordo com o tipo de violência sofrida. Como foi possível perceber, todas as organizações incluídas são de esfera governamental, não contando com a participação de entes não governamentais na composição da mencionada rede.

Apesar de estar explícita no Protocolo uma preocupação em torno de se determinar os fluxos entre as organizações e a atribuição de cada uma no enfrentamento à VCM, não se verificou a descrição de uma prática usual de contrarreferência entre os serviços prestados.

Embora o Protocolo tenha sido construído por intermédio dos profissionais representantes das organizações participantes da rede, a própria descrição, até aqui realizada, evidencia que alguns gargalos podem ser observados, como mencionado: a não menção da contrarreferência e mesmo de encaminhamentos em aberto.

⁷ A Casa das Mulheres também é responsável: pela elaboração de materiais didáticos; pelo desenvolvimento de conteúdo para serem apresentados em programas de rádio e TV; pela construção do teatro do oprimido e de oficinas destinadas a profissionais da saúde e assistência social sobre gênero e violência; pela elaboração de conteúdo para ministrar oficinas sobre desigualdade de gênero em escolas do Ensino Fundamental; pela articulação regional; promoção de seminários regionais; construção de forma partilhada com as demais organizações da Rede, do protocolos de atendimento à vítima de violência, entre outros.

Deste modo, a apresentação dos fluxos no Protocolo de Atendimento, de forma mais detalhada, com as informações sobre a contrarreferência dos encaminhamentos entre as organizações e a repactuação do protocolo, colaboraria no comprometimento de um trabalho mais dinâmico e participativo entre os setores envolvidos.

Como o Protocolo foi desenvolvido em 2014 e publicado em 2015, novas organizações podem estar inseridas na rede e comprometidas com o atendimento às vítimas, com possibilidades de rearranjos dos encaminhamentos, a fim de responder às demandas de atenção às mulheres que se encontram em situação de violência.

CONCLUSÃO

A elaboração do Protocolo de Atendimento foi uma evolução em relação às definições e obrigações das organizações no atendimento às mulheres, um documento essencial e que representou a formalização da própria rede em âmbito municipal, colaborando, assim, para a materialização da rede e sua corporificação no meio social.

Dessa forma, considerando o modelo prescrito de encaminhamentos, determinado no Protocolo de Atendimento que, apesar de ter sido participativo em sua elaboração, no intuito de determinar os fluxos e as responsabilidades no atendimento às vítimas, as lacunas no próprio documento já são impedimentos para que esses fluxos se estabeleçam. Obviamente, uma repactuação do Protocolo, com revisão na redação e maior clareza desses fluxos e das funções a serem desempenhadas pelos setores, poderia trazer maior eficiência no funcionamento da Rede Protetiva, sem deixar de mencionar os próprios desafios relativos ao desenvolvimento de um trabalho em rede, sobretudo na ordem de envolvimento de setores de naturezas distintas, o que já representa dificuldades nas determinações dos fluxos.

É preciso enfatizar, também, que os fluxos da rede de apoio a mulheres em situação de violência, acentuados no Protocolo, têm, de fato, o papel de apontar diferentes possibilidades de integração e articulação entre os nós existentes na rede, que não necessariamente precisam ser cumpridos em sua plenitude, pois depende da demanda de cada caso atendido. As funções das organizações e fluxos, todavia, precisam estar bem-determinadas, possibilitando uma melhor condução dos trabalhos.

Ao pensar-se em termos de redes, com suas diversas características apresentadas na literatura, verifica-se a existência de uma infinidade de arranjos e até mesmo de tipos. No caso estudado, a intenção foi a construção de uma rede política, contando com a coparticipação de esferas governamentais, mas com abertura para a colaboração de entidades não governamentais e segmentos da sociedade civil, assim como lideranças comunitárias.

Nesta direção, embora o Protocolo tenha sido construído por intermédio dos profissionais, representantes das organizações participantes da rede, a própria descrição evidencia a não contrarreferência entre os serviços e encaminhamentos em aberto, sem uma delimitação mais precisa entre os fluxos. Assim, a repactuação do Protocolo representa uma alternativa de resolver as pendências encontradas no documento e, ao mesmo tempo, um aliado para o bom desempenho do trabalho em rede.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Alberto; SOUZA SANTOS, Suzana Bierrenbach de. Uma abordagem estrutural em redes: expondo padrões, possibilidades e armadilhas. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 72-91, 2010.
- AREIAS, Helena; MARQUES, Ana Paula. Redes e reconfiguração organizacional: o contributo de Norbert Elias. Configurações. *Revista Ciências Sociais*, Fortaleza, n. 9, p. 37-56, 2012.
- BARDIN, Laurence. *Analyse de contenu*. Lisbon: Seventy Editions, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *The Society in network*. 6. ed. São Paulo: Peace and Earth Publisher, 2010.
- CHAVES, J. K. G. F.; TRINDADE, C. H.; CÂMARA, G. M. P.; RODRIGUES, M. L. S.; SOUZA, R. M. Programa Casa das Mulheres e a rede não especializada de enfrentamento à violência contra a mulher de Viçosa/MG. *Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)*, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa – UFV, 2017.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. São Paulo: Zahar, 1994.
- ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 264-273, 2004.
- FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. *Sociologia*, São Paulo, v. 29, p. 59-79, 2015.
- FREITAS, A. F.; CKAGNAZAROFF, I. B. Redes sociais: além do método. *ENCONTRO DA ANPAD*, 37., 2013, Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013.
- GARCÍA, Morelba Jiménez; FREITES, Jessie Blanco; SALAS, Susana Medina; LOZANO, Rosalba Gómez. *Ruta Crítica de las mujeres afectadas por violencia de pareja en Venezuela*. 1. ed. Venezuela: Universidad Central de Venezuela – UCV, 2013.
- GONÇALVES, Carlos Alberto; FERREIRA, Rui Fernando Correia; COSTA, Benny Kramer. Análise comparativa de redes hospitalares: diferenças entre o público-privado. *Revista Ibero Americana de Estrategia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 54-68, 2017.
- GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1.360-1.380, 1973.
- GROSSI, Patrícia Krieger; PEDERSEN, Jaina Raqueli; VINCENSI, Jaqueline Goulart; ALMEIDA, Sônia Maria A. F. Prevention of violence against women: challenges in the articulation of an intersectorial network. Athenea Digital. *Revista de pensamiento e investigación social*, Barcelona, v. 12, n. 3, p. 267-277, 2012.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. Lembrando Norbert Elias. *Textos de História*, Brasília, v. 7, n. 112, p. 27-58, 1999.
- MAYER, Adrián C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.
- MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010.
- MARTELETO, Regina Maria; STOTZ, Eduardo Navarro. *Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antônio Braz Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.
- OLIVEIRA, Denis Renato de; PASSADOR, João Luiz. *Gestão e políticas públicas em rede: interlocuções, pressupostos e aplicações*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020, 173 p.
- PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n. 271, p. 1-35, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- RANGEL MENESES, María Piedad. *Redes sociais-pessoais: conceitos, práticas e metodologia*. 2007, 128 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia, Psicologia Social e da Personalidade, 2007.

SAGOT, Montserrat, CARCEDO, Ana. *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina*: estudios de caso de diez países. Washington, D.C: Pan American Health Org, 2000, 181 p.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; HANADA, Heloisa; KISS, Ligia. Assistance to women in situations of violence – the plot of the services to the intersectorial network. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Barcelona, v. 12, n. 3, p. 237-254, 2012.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social Network Analysis. Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, UK., 1994. p. 3-9.

WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, S. D. (org.). Introduction: Studying Social Structures. In: WELLMAN, Barry; BERKOWITZ, S. D. (ed.). *Social Structures: a Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 1-14.

Autor Correspondente

Palloma Rosa Ferreira

Universidade Federal de Tocantins – UFT

UFT – Avenida NS-15, Quadra 109 – Alcno 14, Norte, s/n – bloco D – Plano Diretor Norte, Palmas/TO, Brasil. CEP 77001-090

palloma.rosa.ferreira@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

